
4. PRAÇA SÃO FRANCISCO, EM SÃO CRISTÓVÃO/SE: ESPAÇO DE PRÁTICAS SOCIAIS E RELAÇÕES DE PODER.

Luanda de Almeida Andrade¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi produzido no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN (PEP/MP), com recursos financeiros do IPHAN na forma de bolsa e auxílio pesquisa, no período entre 01 abril a 15 de abril de 2016, sob a supervisão de Kleckstane Farias e Silva Lucena Ferreira, no Escritório Técnico de São Cristóvão, Sergipe. Propõe-se a ser um estudo preliminar acerca das práticas sociais e institucionais em relação à preservação do patrimônio cultural mundial na cidade histórica de São Cristóvão, Sergipe, Brasil, relacionados ao Conjunto Arquitetônico da Praça São Francisco, a partir da revisão de literatura sobre o tema realizada até o momento, além de breves relatos de experiências a fim de obter um quadro inicial da questão a seguir: como obter a efetivação da participação dos grupos sociais de São Cristóvão com poderes sociais² diversos dos agentes institucionais no processo de Gestão Compartilhada da Praça São Francisco e qual impacto estas ações podem alcançar?

Primeiramente é necessário contextualizar o espaço do qual parte este estudo. Situado a 20 quilômetros da atual capital sergipana, o referido conjunto arquitetônico recebeu o título de patrimônio mundial pela UNESCO em 2010. Inserido na trama urbana da primeira capital de Sergipe, São Cristóvão, que também é considerada a quarta cidade mais antiga do Brasil (após Salvador, Rio de Janeiro e João Pessoa), antes de receber tal título o sítio já havia sido tombado pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)

¹ Mestranda em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Programa de Especialização em Patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PEP/IPHAN); Bacharela em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Técnica em Conservação e Restauro de Bens Móveis e Integrados pela Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade/Fundação de Arte de Ouro Preto (EARMFA/FAOP).

² O termo é usado aqui na acepção dada por Pierre Bourdieu (apud Silva, 1995, p. 25): “os poderes sociais fundamentais são: em primeiro lugar o capital econômico, em suas diversas formas; em segundo lugar o capital cultural, ou melhor, o capital informacional também em suas diversas formas; em terceiro lugar, duas formas de capital que estão altamente correlacionadas: o capital social, que consiste de recursos baseados em contatos e participação em grupos e o capital simbólico que é a forma que os diferentes tipos de capital toma uma vez percebidos e reconhecidos como legítimos.”

enquanto conjunto arquitetônico através do processo nº 785- T-67, nº de inscrição 40, do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, folha 10, em 31 de janeiro de 1967 (BRASIL, IPHAN, 2007), e alguns de seus monumentos foram tombados isoladamente durante a década de 1940, pela mesma instituição, neste período denominada Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (ANS/IPHAN, 2016). No âmbito estadual, a cidade recebeu o título de cidade-monumento no governo de Eronides de Carvalho através do Decreto-lei nº 94, de 22 de Junho de 1938 (IBGE, 2016).

Segundo consta no dossiê elaborado para a proposta de candidatura e entregue ao Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (BRASIL, IPHAN, 2007), a Praça de São Francisco, no sítio onde se encontra atualmente, foi construída entre os séculos XVI e XVII, durante o período da União Ibérica e possui influências urbanísticas das coroas hispânica e portuguesa, sendo considerada o único exemplar no Brasil com influência das Ordenações Filipinas, devido a sua configuração e disposição singular em relação ao convento franciscano.

Contudo, de acordo com resultado da avaliação realizada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) - órgão consultivo do Comitê “responsável pela avaliação de bens indicados pelo seu valor cultural” (UNESCO/IPHAN, p. 17) e divulgada na 32ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO em Quebec, Canadá, o dossiê de candidatura do conjunto arquitetônico da Praça São Francisco não justificou plenamente a excepcionalidade do local, entre outros pontos considerados (ICOMOS, 2008), pedindo o adiamento da votação do referido bem para que fosse desenvolvido um estudo mais aprofundado (*defferral*³). Entretanto, a maior parte dos estados-membros votou que a Praça possuía, indubitavelmente, valor excepcional universal, permitindo que a candidatura fornecesse apenas alguns dados complementares e prosseguisse para a etapa seguinte, de chancela (*refferral*⁴). Após alguns estudos adicionais e uma campanha massiva junto à

³ *Propostas de inscrição diferidas (Defferral)*: 160. O Comité pode decidir diferir uma proposta de inscrição para proceder a uma avaliação ou um estudo mais aprofundado, ou solicitar ao Estado parte uma revisão substancial. Se o Estado parte decidir reapresentar a proposta de inscrição diferida, esta deve ser apresentada de novo ao Secretariado até ao dia 1 de fevereiro. Estas propostas de inscrição são então objeto de uma nova avaliação pelas Organizações Consultivas competentes, ao longo do ciclo completo de avaliação de um ano e meio, de acordo com os procedimentos e o calendário especificados no parágrafo 168. (UNESCO, 2011, p.32).

⁴ *Devolução das propostas de inscrição (Refferral)*: 159. O Comité pode decidir diferir uma proposta de inscrição para proceder a uma avaliação ou um estudo mais aprofundado, ou solicitar ao Estado parte uma revisão substancial. Se o Estado parte decidir reapresentar a proposta de inscrição diferida, esta deve ser apresentada de novo ao Secretariado até ao dia 1 de fevereiro. Estas propostas de inscrição são então objeto de uma nova avaliação pelas Organizações Consultivas competentes, ao longo do ciclo completo de avaliação de um ano e meio, de acordo com os procedimentos e o calendário especificados no parágrafo 168. (idem, ibidem)

população, o bem obteve o título durante a 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial realizada em 2010, em Brasília – DF (IPHAN, 2015). Uma narrativa do processo de candidatura foi explanada por Silva Filho (2008) em artigo e não será detalhada neste artigo por não ser este seu objetivo, mas algumas questões pretendem ser respondidas neste estudo a exemplo de saber quais critérios motivaram determinados agentes a buscarem e moverem recursos de destacado valor a fim da obtenção de tal chancela.

A partir destas lacunas observadas no relatório do ICOMOS surgiu uma demanda da Superintendência do IPHAN em Sergipe e do próprio Escritório Técnico em São Cristóvão em levantar mais dados sobre a Praça a fim de dar uma maior visibilidade ao local e produzir conhecimento sobre este⁵. Por ter chegado à instituição ainda no início do processo de implementação do programa de Gestão Compartilhada, identifiquei a necessidade de aprofundar os estudos sobre os aspectos sociais da Praça São Francisco enquanto bem de valor universal excepcional inscrito na lista do patrimônio mundial da UNESCO.

Antônio A. Arantes (2009, p. 14) destaca que esta entidade, referência para os órgãos de preservação em todo o mundo, trouxe mudanças significativas na conceituação do patrimônio ao instituir a universalidade como critério de atribuição de valor. Segundo consta no parágrafo 49 das Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial (2011),

O Valor Universal Excepcional significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. Assim sendo, a proteção permanente deste patrimônio é da maior importância para toda a comunidade internacional.

Estas orientações também estabelecem critérios para serem considerados de valor universal, sendo estes em número de dez, dos quais a Praça foi classificada pelos autores do dossiê entregue ao Comitê da UNESCO em dois, sendo eles:

- (ii) ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens;
- 6 representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;

⁵ Kleckstane Farias e Silva Lucena Ferreira, Chefe do Escritório Técnico do IPHAN em São Cristóvão/SE e supervisora de atividades desta bolsista, em depoimento dado à autora em pesquisa direta. Superintendência do IPHAN/SE, novembro de 2015.

Embora já seja perceptível avanços no campo patrimonial no que se refere a práticas que garantam o envolvimento de uma maior diversidade de grupos sociais, Arantes (2009, p. 16) indaga contudo se tais valores que garantiram um título de destacada relevância mundial constituem de fato referências de pertencimento à nação ou até mesmo ao denominado “mundo civilizado” e até que ponto e para quais grupos, sendo estes um dos questionamentos que irão orientar a pesquisa em desenvolvimento.

1.1 Metodologia e objetivo principal da pesquisa

A partir do levantamento de bibliografia concernente ao assunto, foram selecionados textos que trazem uma contextualização do processo de construção do conceito e das práticas de patrimônio no Brasil desde seu surgimento até os dias atuais, posto que o conjunto arquitetônico da Praça São Francisco, antes de ser inscrito na Lista do Patrimônio Mundial já havia sido tombado pelo então SPHAN em 1967, além de outros bens, como citado anteriormente.

Durante o desenvolvimento da pesquisa para a dissertação, a ser concluída no segundo semestre de 2017, serão realizadas entrevistas com moradores e também registros fotográficos pela pesquisadora a fim de uma maior compreensão das práticas sociais e registro visual do trabalho. Por se tratar de estudo que tem como objetivo confrontar os diversos discursos e práticas sobre um mesmo objeto, revelando seus conflitos e dinâmicas a fim de obter um quadro mais abrangente que possa direcionar ações voltadas para o desenvolvimento da cidade e sistematizar políticas públicas de preservação de caráter sustentável, torna-se fundamental a fala dos diversos agentes. Buscar-se-á em fontes diversas, tais como pesquisa documental e bibliográfica que já estão em curso e análise de dados estatísticos.

2. CONTEXTO DA FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

Esta seção objetiva introduzir uma análise sob a perspectiva dos usos do conjunto arquitetônico da Praça São Francisco enquanto local de práticas sociais cotidianas numa perspectiva histórica e sociológica a partir da compreensão da narrativa dos discursos no âmbito do patrimônio e em como a população se apropria de ambos. Embora seja uma categoria universal, o patrimônio é um conceito difuso, que ganha contornos próprios de

acordo com os agentes que o definem, sujeitos ao tempo, ao espaço e ao lugar de fala. No Brasil, a construção dos conceitos e das práticas relacionadas ao patrimônio surgiu dentro de um contexto específico, a saber, o Estado Novo. Este regime de forte caráter nacionalista surgiu no rastro da formação dos Estados nacionais, no século XIX e necessitava, para se fortalecer, da criação de uma identidade nacional e legitimar-se frente aos outros Estados, como será discutido a seguir.

Ao pensar no objeto em questão, buscou-se primeiramente identificar como e por quem o conceito de patrimônio é construído no Brasil e como estes elementos balizam a criação de políticas públicas de preservação do patrimônio. Para dar início a esta discussão, partiu-se das contribuições dadas por Maria Cecília Londres Fonseca (1997) e Márcia Chuva (2011; 2013). Ambas as autoras tratam dos aspectos históricos acerca da formação das políticas patrimoniais no Brasil, embora tenham sido produzidos em diferentes momentos da atuação do IPHAN. O estudo de Fonseca (1997, p. 29) tem como cerne “os processos e práticas de construção desses patrimônios, conduzidos por atores definidos e em circunstâncias específicas” nas políticas patrimoniais desenvolvidas desde a fundação do SPHAN durante o Estado Novo até a década de 1990 e questiona se tais políticas foram desenvolvidas objetivando tão-somente a legitimação de determinadas ações governamentais visando os interesses de um projeto nacional do Estado através de uma elite intelectual para integrarem o rol dos países ditos “civilizados” ou se estas alcançaram de fato um sentido social mais abrangente. Questiona também o baixo nível de participação da sociedade em tais políticas preservacionistas, dado o pouco destaque nas agendas políticas e pouca participação social, lembrando que ainda assim diversos grupos da população apropriam-se à sua maneira dos bens culturais, inclusive cobrando da instituição o zelo por estes bens (idem, p. 17 e 254).

Desde o referido trabalho produzido por Fonseca (1997) é apontada uma falta de diálogo entre os próprios agentes e entre estes e a população, sugerindo assim reflexões que busquem desmistificar a trajetória da instituição e negando seu caráter supostamente unívoco e linear, a exemplo das figuras de Mário de Andrade, Rodrigo M. F. de Andrade e Aloísio Magalhães, também apontadas no trabalho de Chuva de forma crítica a fim de revelar as dinâmicas conflituais que marcaram esta trajetória:

[...] para alguns modernistas, as características regionais eram sinal de atraso e obstáculo à atualização da cultura brasileira e, para outros, ao contrário, eram depositárias da verdadeira identidade. Com relação a tais teses, como veremos, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e Lucio Costa identificavam-se profundamente entre si, pela crença na universalidade – e,

conseqüentemente, na origem comum – da cultura e da arte, sendo este um ponto crucial na concepção de nação que se consagrou no Brasil a partir do SPHAN. (CHUVA, 2013, p. 314-315)

A partir deste contexto que também envolvia as dinâmicas do movimento modernista das décadas de 20 e de 30, como citado acima, surgiu o SPHAN no seio das discussões sobre a “criação da nação” entre os diversos grupos modernistas. Segunda a autora (CHUVA, 2013, p. 314), o grupo liderado por Rodrigo Melo Franco de Andrade encontrou e elegeu, por fim, o elemento formador da cultura e da história da arte nacional, que permaneceu nas mãos do colonizador português através do reconhecimento do barroco - especialmente o mineiro - e suas diversas fases no Brasil como estudadas e classificadas por Lúcio Costa. Contudo, para adquirir as características locais, os elementos africano e indígena também foram incorporados ainda que de uma forma diferente da proposta por Mário de Andrade.

O artigo de Chuva de 2011 também realiza uma revisão dos aspectos históricos das políticas oficiais de patrimônio no Brasil através da formação dos órgãos patrimoniais federais a fim de uma compreensão das causas e dos sentidos históricos da divisão entre patrimônio material e imaterial visando estimular o desenvolvimento de ações integradoras do patrimônio cultural dentro de novos preceitos. Sendo a noção de patrimônio historicamente construída e passível de transformações no tempo - dada a dinâmica dos processos de construção do conhecimento -, é necessário analisar como se deram estas transformações e a que grupos estas favorecem, já identificados anteriormente em Fonseca (1997).

O fato de centralizar a figura de Mário de Andrade na construção da noção de patrimônio no Brasil através do anteprojeto de criação de serviço voltado para a preservação do patrimônio artístico nacional (Span) de 1936, consolidado no Decreto-lei nº 25/37, a pedido do então ministro Gustavo Capanema segundo Chuva (2011), obscureceu tensões e fragmentações características da própria construção do campo patrimonial no Brasil no âmbito político e acadêmico-científico; além disto, a ideia de um patrimônio cultural indivisível baseada na retórica em torno de Mário de Andrade não tem se mostrado suficiente para as demandas de ações preservacionistas na contemporaneidade. Ao revelar estas tensões e demandas e se distanciar da concepção linear da história do campo patrimonial no Brasil, a autora revela afinidade com a Escola dos *Annales*, na qual que existe uma forte ligação com as ciências sociais e em que o “objeto do historiador são os homens, suas significações, intenções e ações, que devem ser compreendidas, mas em seus grupos, em seus modos concretos e repetitivos de comportamento, nas normas sociais” (REIS, 2003, p. 82).

Chuva (2011) destacou alguns fatos históricos referentes às políticas públicas que foram considerados cruciais na construção da noção de patrimônio cultural vigente no Brasil até os dias atuais, a partir das primeiras ações de preservação nas políticas públicas surgidas paralelamente à criação das primeiras universidades brasileiras (USP e UDF), ainda na década de 1930, até a contemporaneidade, no momento em que o Ministério da Cultura instituiu o Registro de Bens de Natureza Imaterial e o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, absorvidos pelo IPHAN. Esta unificação é considerada artificial por impedir uma identificação mais precisa das diferenças de entre os bens que se apresentam até os dias atuais. Tanto chuva quanto Fonseca convergem, ao ressaltar que a década de 1980 - quando novas noções acerca do patrimônio foram colocadas em questão - é fundamental para compreender as dificuldades atuais para construir uma noção de patrimônio cultural integral, e que é preciso investigar a fundo as inflexões ocorridas em toda esta trajetória e os recortes temporais propostos no texto com o objetivo de levantar questões obscurecidas nesta visão hegemônica da trajetória do campo patrimonial no Brasil, no intuito de dar transparência às políticas públicas neste campo. Os elementos históricos trazidos pelas autoras são necessários enquanto ponto de partida para compreender as razões e as demandas do campo patrimonial no Brasil, mas como ambas sugerem, é preciso aprofundar tais questões para chegar a possíveis soluções. Dentro do viés histórico proposto por Chuva (2011), que questiona os limites da temporalidade linear, é necessária a conexão com os vestígios históricos que permitam ao historiador estabelecer comunicações entre as gerações através da análise e da interpretação dos mesmos. É possível verificar que estamos diante de um campo de batalha de discursos de poder entre diversos sujeitos, como proposto por Foucault em sua genealogia do poder (2007), fazendo-se observar desta maneira que de fato o conceito de patrimônio é uma construção, permitindo inúmeras configurações e no Brasil se deu a partir de um desejo político dentro de um contexto antiliberal. novas formas de construir políticas patrimoniais a partir de uma orientação menos técnica e fechada e que conte com maior participação social, além de outras formas de preservação (op. cit., p. 256-258) que hoje já se encontram em vigor no Decreto-lei nº 3.551, de 04 de Agosto de 2000, artigo 1º, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, entre outras providências. Desta forma, Chuva (2013) e Fonseca (1997) que as contribuições dadas pela/para a instituição na fase de 70 a 80 podem ser profícuas no sentido da inserção do patrimônio cultural em tema de interesse social,

revelando a multiplicidade das identidades, diferenças e conflitos, levando em consideração o que Mário de Andrade desde o início do SPHAN já apontava.

Considerando todas as mudanças já ocorridas na trajetória apresentada, é possível observar que as políticas patrimoniais no Brasil em âmbito federal alcançaram um considerável avanço, embora na prática ainda existam muitos obstáculos tanto no que tange aos conflitos internos quanto no desenvolvimento e execução destas políticas, representando desta forma as rupturas e continuidades inerentes às dinâmicas políticas e sociais.

3. As Políticas patrimoniais aplicadas no caso da praça São Francisco: Desafios e oportunidades

Como o processo de tombamento a nível estadual e federal e a chancela da Praça São Francisco já foi apresentado na introdução deste artigo, esta seção buscará compreender como as políticas patrimoniais têm sido pensadas e aplicadas neste conjunto. Sendo um espaço localizado numa cidade com severas demandas sociais, políticas e econômicas, a Praça São Francisco constitui-se num “patrimônio ambiental urbano”, no conceito desenvolvido por Ulpiano Bezerra de Meneses (apud ARANTES, 2009, p. 18). Tal conceito compreende os seguintes aspectos da realidade urbana: “sua condição de artefato, de campo de forças sociais e de agregado de representações simbólicas” (idem, ibidem). Este conceito irá balizar a prática de “conservação integrada”, valorizando os aspectos eruditos e os valores e formas de apropriação dos seus habitantes, sendo um dos preceitos adotados (não sem dificuldades, divergências e conflitos) pela instituição federal do patrimônio nacional, o IPHAN.

Percebe-se que o valor atribuído pelas instituições preservação dos bens culturais por vezes não é facilmente acessível ou absorvido pela população em seus diversos segmentos; estes podem frequentemente se sentir à margem destes signos e não se apropriarem do local da forma esperada pelas instituições que legitimaram tais bens. Contudo, este processo de apropriação da Praça pela população acontece de diversas maneiras. De acordo com Chartier (apud FONSECA, pp. 39-41), os receptores também são produtores de sentido e a apropriação acontece de acordo com as diferentes leituras, podendo mesmo serem diversas dos valores atribuídos pelos agentes estatais aos bens patrimoniais, partindo dos diferentes usos de um mesmo bem. Este tipo de abordagem torna evidente os limites que se intercalam a tais apropriações decorrentes “da dificuldade de acesso para grupos sociais

culturalmente desfavorecidos [...] ao consumo e aos códigos de leitura dos bens patrimoniais” (FONSECA, 1997, p. 41). Arantes (2009, p. 18), por sua vez, afirma que “lugares são espaços apropriados pela ação humana” e desafiam a dicotomia entre patrimônio material *versus* imaterial através das práticas cotidianas, formas de expressão, sentidos, memórias e saberes da população local; lembrando que estes aspectos são fluidos, dinâmicos e o patrimônio, enquanto representação ideológica e abstrata de identidade imposta através de políticas preservacionistas promovidas pelo Estado e não se confunde com tais aspectos (idem, p. 11).

O dossiê de candidatura à lista de Patrimônio Mundial da Praça São Francisco (2007) é um trabalho de referência para a elaboração da pesquisa, devido aos estudos desenvolvidos para justificar a pertinência e a relevância do conjunto em integrar a lista do patrimônio mundial. Conta com estudos de diversos historiadores e intelectuais sergipanos, a exemplo de Maria Thétis Nunes, José Leme Galvão Júnior, Augusto Silva Teles, Luís Fernando Ribeiro Soutelo, Aglaé D’Ávila Fontes, Ednaldo Batista dos Santos e José Thiago da Silva Filho. Estes intelectuais debruçaram-se sobre o objeto em seus variados aspectos para endossar a candidatura da mesma à Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

Aqui cabe retornar ao questionado feito anteriormente sobre os critérios que motivaram os agentes institucionais a buscarem e moverem recursos políticos, financeiros e culturais para inserção do espaço em questão na lista do patrimônio mundial. Primeiramente é preciso destacar que tal demanda surgiu a partir do interesse do governo estadual articulado à prefeitura municipal e ao IPHAN, não da população, que participou do processo de candidatura quando houve uma grande mobilização desta através da Comissão Pró-candidatura da Praça São Francisco a Patrimônio da Humanidade já durante o processo de candidatura. Segundo consta em publicação da ONG Defender (2010),

[...] Para chegar à eleição da praça foram desenvolvidas ações como a distribuição de camisas, folderes e faixas patrocinadas pela Prefeitura Municipal de São Cristóvão e Governo do Estado em eventos festivos, a exemplo da Festa de Nosso Senhor dos Passos, corrida São Cristóvão/Aracaju, jogos do campeonato sergipano de futebol 2008, Caminhada Estudantil, Caminhada Folclórica Patrimônio da Humanidade e do Dia da Sergipanidade, quando foi realizado o grande abraço à Praça São Francisco. [...] “O objetivo é mostrar o interesse coletivo, dos sergipanos e até turistas, para reforçar a identidade e a relevância da Praça São Francisco como bem de valor universal. Daí a importância de buscar a mobilização e a unanimidade. Na impossibilidade desta, abrir o debate para a sociedade”, afirmou.

São notáveis o interesse e a motivação dos agentes locais envolvidos no processo de candidatura que resultou em grande participação da comunidade e no título de patrimônio mundial. Porém este debate não realizado seria certamente de fundamental importância para

envolver, desde o início, a população nas questões de políticas públicas do patrimônio e sua colaboração em todas as etapas do processo, inclusive no que diz respeito a reconfiguração material do ambiente da Praça e da elaboração do dossiê. Incluir a falar dos grupos sociais que compõem tal espaço denotaria a importância destes enquanto detentores. Talvez seja ousado afirmar que hoje o diálogo entre as instituições e a comunidade não se dê tão facilmente por conta da ausência de tal debate, todavia é inegável o esforço em travar tal diálogo através da Gestão Compartilhada, apontada por Arantes (2009, p.21) como “um instrumento útil” para fortalecer a integração entre conservação e planejamento, valorizar o patrimônio no cotidiano da população e dividir responsabilidades entre a sociedade civil e as esferas do poder público.

Voltando mais uma vez ao questionamento supracitado, não é possível afirmar que os interesses de tais agentes se resumissem simplesmente aos benefícios econômicos gerados por mercadorias e negócios voltados à cultura e ao turismo no sentido mais exploratório, mas é preciso salientar novamente que há grandes demandas por parte da sociedade tais como dificuldades econômicas, saneamento básico, corpo de bombeiros e falta de planejamento turístico - que ainda estão por cumprir e foram exigidos pelo ICOMOS por serem fatores de risco para o próprio conjunto da Praça:

ICOMOS considers that the main threats to the property are related to the relationship between São Cristóvão and Aracajú that could cause loss of population, and social and economic decline. Pollution of the river, the lack of sanitation infrastructure and fire fighting facilities also constitute risks to the integrity of the monumental ensemble. The lack of risk preparedness planning to address these threats to the long-term conservation of the property is a concern.

No âmbito urbanístico, a Praça e seu conjunto passou por um processo de requalificação através do Programa Monumenta entre os anos de 2005 e 2012 (Obras e Projetos em Execução no Município São Cristóvão, 2016). É necessário aqui inserir a ênfase crítica dada por Paulo Peixoto (2009, p. 46), ao termo “requalificação” enquanto “operações dirigidas a espaços não-residenciais” no sentido de “(re)introduzir qualidades urbanas de acessibilidade ou centralidade a uma determinada área” (ibid.). Tal conceito de centralidade será exposto mais à frente, através da contribuição de S. Zukin (apud. LEITE, 2007). Arantes (op. cit, p. 19-20) destaca ainda que nas últimas décadas houve investimentos significativos na requalificação dos sítios históricos urbanos e prevalecido critérios que reforçam a dimensão estética monumental através de projetos luminotécnicos, por exemplo, e os sentidos alegóricos dos bens arquitetônicos, o que pode contribuir para um posterior abandono do local. Esta crítica cabe no caso da Praça, pois uma das grandes reclamações trazidas por

moradores nas reuniões promovidas pela Comissão Gestora da Praça São Francisco (que será explicada mais detalhadamente a seguir) e na I Consulta Pública – também promovida pela Comissão - realizada em 02 de março deste ano foram justamente os problemas advindos pela falta de iluminação adequada na Praça, tais como o abandono do local à noite pois os postes instalados na ocasião da requalificação tinham lâmpadas de uma qualidade superior às atuais e a Prefeitura do município afirmou que não tem condições de arcar com tais despesas no momento, como relatado no seguinte trecho de ata de reunião:

“Foram destacadas pela Sra. Sílvia Maria Figueiredo Lima [*representante dos moradores do sítio histórico*] algumas questões como a falta de segurança e iluminação da Praça. O Sr. Robson [*Viana, representante da Fundação Municipal de Cultura e Turismo João Bebe Água*] justificou que o município não tem condições de arcar com as despesas necessárias e que no momento as intervenções possíveis são apenas paliativas (REUNIÃO DA COMISSÃO GESTORA DA PRAÇA SÃO FRANCISCO, 2015, p. 2. Grifo da autora).

Ainda segundo Sílvia Maria Figueiredo Lima (idem, *ibid*) , moradora local, logo que recebeu a chancela da UNESCO, a Praça São Francisco era bem iluminada e a população usufruía do espaço, principalmente no final do dia, quando havia iluminação especialmente projetada para o novo bem mundial e segurança policial. Tais relatos apontam a necessidade de buscar novas soluções; estas se encontram em desenvolvimento pela CGPSF, sendo necessário ter em conta a realidade do local, suas limitações e desafios.

No intuito de abrir novos caminhos para as políticas patrimoniais no Brasil através de maior participação da sociedade civil, mas também seguindo recomendações da UNESCO após a chancela do local pela UNESCO, existe atualmente a Comissão Gestora da Praça São Francisco que buscar travar um diálogo com a comunidade e firmar parceria entre as diversas esferas de gestão pública, privada e também com a sociedade civil organizada e/ou não-organizada. Este modelo de gestão é denominado Gestão Compartilhada e na época da inserção da Praça na Lista do Patrimônio Mundial ainda não era obrigatória pela UNESCO, embora atualmente seja um requisito mínimo. Foi adotada pelo IPHAN em conjunto com as secretarias do Estado e da Prefeitura – sendo estes os principais agentes que buscaram elevar a Praça ao título de Patrimônio Mundial - para buscar soluções para as demandas locais com o envolvimento dos moradores. Esta Comissão está atualmente dando início a ações que buscam elaborar de forma colaborativa as Diretrizes para Formatação do Plano de Gestão de Sítio Patrimônio Mundial, segundo consta no documento de modelo para elaboração destas diretrizes pela Assessoria de Relações Internacionais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (ARIN/IPHAN):

Esses processos implicam por princípio no envolvimento dos diversos atores responsáveis por esse patrimônio, tornando-se da maior importância instâncias de participação e coordenação dos atores interessados.

Um sistema e uma estrutura de gestão definidos são requisitos mínimos demandados pelo Comitê do Patrimônio Mundial para a análise e reconhecimento de candidaturas ao patrimônio mundial.

Assim, a proposição de diretrizes para a elaboração de um instrumento de gestão, aqui denominado Plano de Gestão de Sítio Patrimônio Mundial, corresponde, portanto, ao esforço da Assessoria de Relações Internacionais em adequar as recomendações da UNESCO à realidade brasileira e à atividade do IPHAN.

Estas ações ainda encontram resistências e obstáculos, mas paulatinamente têm se buscado agregar novas parcerias e uma maior participação popular. Ainda neste sentido, é preciso desenvolver um estudo crítico das ações desenvolvidas até então, para que seja possível planejar e executar formas ainda mais participativas e que correspondam às demandas dos grupos sociais referentes ao bem.

4. Gentrification, usos e contra-usos da praça São Francisco

Como apontado por Rogério P. Leite em *Contra-Usos da Cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea* (2007), tratando do caso do Bairro do Recife, em Pernambuco, que apesar de ser evidentemente distinto do caso da Praça São Francisco, é bastante representativo devido ao seu caráter incomum de apresentar uma gama bastante diversa de estilos que condensam boa parte da história do Brasil. Ambos têm como aspecto em comum o processo de *gentrification*, na acepção dada para indicar “formas de empreendimentos econômicos que elegem certos espaços da cidade como centralidades e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados” (LEITE, 2007, p. 61) e que, para além disso, refere-se “à afirmação simbólica do poder, mediante inscrições arquitetônicas e urbanísticas que representem visualmente valores e visões de mundo de uma nova camada social que busca aproximar-se de certos espaços da cidade” (idem, p. 63). Além disso, o estudo de Leite (ibid., p. 27-28) será fundamental pois enfatiza a noção de usos do espaço pelos grupos sociais, sendo estes também elementos quem constituem as práticas preservacionistas. O autor afirma ainda que o sentimento de “pertença” em sua acepção social na moderna sociedade capitalista exigem formas diferenciadas de participação social que resultam em sentidos para certos espaços da cidade, que se tornam lugares singulares à medida em que são atribuídos de práticas e significações que reforçam semelhanças e diferenças que lhes conferem identidade (ibid., p. 39).

Não seria possível deixar de citar, portanto, que o prédio localizado também na Praça e que hoje abriga o escritório técnico do IPHAN está inserido na paisagem central deste bem e corresponde ao que Zukin (apud LEITE, loc. cit.) identifica nas políticas de *gentrification* por “centralidade”, frequentemente formadora das “paisagens de poder”, que reforçam em si uma assimetria do poder apresentada no âmbito socioespacial. No caso de Praça São Francisco, junto com a dita requalificação veio também a presença do órgão federal de preservação patrimonial, de maneira a afirmar simbolicamente seu poder e apropriando-se de espaços (re)valorizados da cidade. Esta presença trouxe benefícios no sentido de buscar uma aproximação da entidade com a comunidade, mas muitas vezes o que se percebe também é a criação de limites territoriais. Parte da comunidade não se percebe no local, exceto em ocasiões de caráter cultural e religioso, como nas procissões; alguns moradores chegam a dizer que a Praça pertence mesmo ao IPHAN, criando um ainda maior afastamento em relação ao local; apesar disso, durante as atividades realizadas na instituição é notável a presença da população no prédio que abriga o IPHAN em São Cristóvão, buscando orientações, fazendo denúncias e cobranças.

Cotidianamente, na experiência do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP) no Escritório Técnico em São Cristóvão, localizado justamente na Praça São Francisco, tem sido possível observar que existe diversas formas de apropriação e uso da mesma por alguns segmentos da população durante o tempo comum, tais como guias turísticos “não-oficiais”, vendedores de coco e balas, alguns moradores locais e eventualmente grupos de estudantes; durante as festas religiosas, de forte caráter popular, a comunidade aparece em grande quantidade e é perceptível a identificação desta com o local. As leituras realizadas até aqui sugerem, portanto, que tanto o Estado quanto as esferas públicas do patrimônio cultural no Brasil se esforcem para fomentar ações visando esta integração entre patrimônio e sociedade levando em conta todas as fronteiras simbólicas que o espaço urbano promove. Tais fronteiras, como observado por Antônio Arantes (1994, p. 191), “aproximam, nivelam, hierarquizam, ou, em uma palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações”.

Entre as produções encontradas sobre o objeto da Praça São Francisco, o estudo de Souza (2004) reflete sobre como os conceitos a exemplo de lugar, espaço e tempo contribuíram e contribuem para a construção também do conceito de patrimônio e influenciam e são influenciados pelas práticas sociais dos diversos grupos em termos

dinâmicos e relacionais. O autor conclui que a cidade, em seus diferentes usos e através dos acontecimentos históricos que a relegaram a uma posição inferior política e economicamente, deveria voltar a ganhar importância e desenvolvimento através de políticas públicas que visem o turismo através da exploração econômica da paisagem por seus moradores (SOUZA, 2004, p. 140). Seu trabalho dialoga com este trabalho, que busca propor como e partir de quais paradigmas estas políticas públicas podem e devem ser desenvolvidas.

O estudo de Azevedo e Aragão (2010) procura, de uma perspectiva voltada para o turismo local, a reafirmação da identidade dos moradores são-cristovenses a partir do desenvolvimento turístico, analisando através da aplicação de questionários o convívio dos locais com o conjunto arquitetônico. A dissertação de Beijanine Abadia (2012) analisa se a tutela da UNESCO sobre a Praça tem surtido efeitos para a valoração e preservação do patrimônio pela comunidade e desenvolvimento dos serviços de turismo locais, além da identificação dos moradores de diversos segmentos com relação a Praça. Neste sentido, os trabalhos de Aragão e Beijanine objetivam o desenvolvimento do turismo local, embora perpassem por questões de identidade e uso da Praça, relacionando-se desta forma com os objetivos deste projeto.

A Praça até hoje preserva características de uso pela população em eventos religiosos como, por exemplo, a romaria de Nosso Senhor dos Passos que acontece anualmente; supõe-se que desde o século XIX, no início do período da quaresma. (ARAGÃO; RUIZ DE MACEDO, 2011). Entre 1972 e 2006 foi realizado o Festival de Arte de São Cristóvão promovido pela UFS e posteriormente pela prefeitura municipal de São Cristóvão, que trouxe artistas renomados de diversos cantos do país e um público diferenciado em relação a parte da população local, de caráter mais conservador.

Como apontado por Souza (2004, p. 139), os espaços públicos no “tempo cotidiano” encontram-se subutilizados. A Praça reflete esta característica de abandono. encontra-se amedrontada pelo crescente número de assaltos e a iluminação carece de manutenção, o que afugenta a comunidade, tornando a cidade e a Praça um cenário “desértico”, conforme as palavras de Souza (idem). Desta forma foram impostos novos limites territoriais e de acordo com locais, em conversas informais, “as pessoas têm *medo* de usar a Praça depois que ela recebeu o título”⁶.

⁶ Depoimento à autora em pesquisa direta.

Na tentativa de obter respostas, ainda que bastante parciais, sobre o questionamento primeiro realizado na introdução deste trabalho, recorreu-se a Néstor Canclini (1994) que reafirma que, embora as classes populares e mais carentes dos serviços básicos tais como saúde, educação, moradia, entre outros, se sintam à margem das políticas culturais e de patrimônio, existem setores médios que buscam ampliar os debates sobre patrimônio na medida em que se sentem afetados por determinadas situações e aponta uma conscientização da necessidade de envolvimento social nas decisões acerca dos bens patrimoniais através de mobilizações coletivas para criação de condições materiais e simbólicas para apropriação destes bens. Estas mudanças advém, como apontado por Canclini (2007, p. 103) “das novas interações entre capital, Estado e sociedade”, que resultam na problemática dos usos sociais do patrimônio, sugerindo que aí se devem concentrar os maiores esforços nas pesquisas e elaborações de novas políticas culturais de acordo portanto com um dos paradigmas de preservação por ele definido como participacionista, que “concebe o patrimônio e sua preservação relacionando-os com as necessidades globais da sociedade”, sendo esta política a que mais se tem buscado propagar dentro do IPHAN, embora ainda existam dificuldades em implementá-las, sugerindo que é preciso conhecer mais profundamente seus receptores/produtores a fim de oferecer outra referência para se pensar na efetiva democratização do patrimônio (CANCLINI, 1994, p. 105-106).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADIA, Beijanine Ferreira da Cunha. **Cidade de Sergipe D’El Rey: o patrimônio e o turismo no centro histórico de São Cristóvão**. Ilhéus, BA: UESC, 2012, 139 p., II; anexos.

ARAGÃO, Ivan Rego. **Cultura, Identidade e Memória: uma análise da relação do turismo com o patrimônio arquitetônico na cidade histórica de São Cristóvão/SE**. Aracaju: faculdade de Sergipe, FASE, 2009.

_____. Praça São Francisco em São Cristóvão-Sergipe-Brasil: lócus sociocultural e patrimônio da humanidade. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS**. Unirio, vol. 4, n. 2. p. 97-109, 2011.

_____. RUIZ DE MACEDO, Janete. Turismo religioso, patrimônio e festa: Nosso Senhor dos Passos na cidade sergipana de São Cristóvão. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, dezembro 2011, p. 399-414.

ARANTES, Antoni A. A guerra dos lugares sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, p. 190-203, 1994.

_____. Patrimônio Cultural e Cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença. (orgs.) **Plural de Cidades: novos léxicos urbanos**. Coimbra: CES, 2009, p. 11-24.

Assessoria de Relações Internacionais; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Diretrizes para formatação do Plano de Gestão de sítio Patrimônio Mundial. IPHAN: S/D.**

AZEVEDO, Denio Santos; ARAGÃO, Ivan Rêgo. Turismo e Singularidade no Conjunto Franciscano da Praça São Cristovão/SE. **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**. V. 4, n. 2, p. 4-22, 2010

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em 01/04/2016.

_____. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. **Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em 01/04/2016.

_____, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê com a proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra-Estrutura, IPHAN, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007. CD-ROM.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 4, n.7, jul.-dez.2003, p. 313-333. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2007/topoi7a4.pdf> Último acesso em: 10 mar. 2016.

_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília: IPHAN, n. 34, p.147-165, 2011.

DEFENDER. Sergipe: Governo do Estado realiza mudança histórica na cidade de São Cristóvão. Disponível em: <http://defender.org.br/noticias/nacional/sergipe-governo-do-estado-realiza-mudanca-historica-na-cidade-de-sao-cristovao/> . Acesso em: 12/03/2016.

FONESCA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Editora UFRJ, 2005.

FORTUNA, Carlos. LEITE, Rogério Proença. **Plural de cidades: léxicos e culturas urbanas**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 24ª edição. São Paulo: Graal. 2007.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. “O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional”. Traduzido por Maurício Santana Dias. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, p. 95-115, 1994.

ICOMOS. **Technical Evolution Mission: São Francisco Square in São Cristóvão (Brazil) No 1272** (18 a 25/08/2007). 2008.

IPHAN, **Arquivo Noronha Santos**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans/> Acessado em: 20 de fevereiro de 2016.

LEITE, Rogério Proença. SOUZA, Eder Claudio Malta. (org.) **Cidades e Patrimônios Culturais: investigações para a iniciação à pesquisa**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2013.

_____. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2ª Edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora UFS, 2007.

PEIXOTO, Paulo. Requalificação Urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença. (orgs.) **Plural de Cidades: novos léxicos urbanos**. Coimbra: CES, 2009, p. 41-52.

REUNIÃO DA COMISSÃO GESTORA DA PRAÇA SÃO FRANCISCO, 17 de novembro de 2015, Escritório Técnico do IPHAN em São Cristóvão, Sergipe. Ata da Reunião da Comissão Gestora da Praça São Francisco - Patrimônio Mundial, em São Cristóvão/SE (CGPSF). 3 p.

SILVA, Gilda Olinto do Valle. Capital Cultural, Classe e Gênero em Bourdieu. **INFORMARE – Caderno do Programa de Pós-Graduação**. CioInf., v.1, n.2, p.24-36, jul./dez. 1995.

SILVA FILHO, José Thiago da. A Candidatura da Praça São Francisco, de São Cristóvão/SE, a Patrimônio da Humanidade. **Cadernos UFS – História**. Universidade Federal de Sergipe. V. 10., 170 p., 2008.

SOUZA, Fábio Silva. **Arqueologia do Cotidiano: um flâneur em São Cristóvão – Sergipe**. 2004. 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFS, São Cristóvão/SE, 2004.

TOMO: Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, ano XII, n. 16, jan./jun. 2010.

UNESCO. Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial. Lisboa, 2011.

UNESCO; IPHAN. **Preparação de Candidaturas para o Patrimônio Mundial**. Brasília, 2013. 139 p., il., mapas.